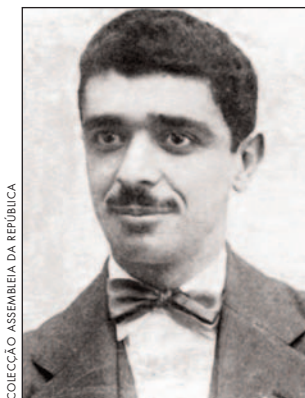


FRANCISCO PINTO DA CUNHA LEAL



COLEÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Francisco Pinto da Cunha Leal nasceu a 22 de Agosto de 1888, em Pedrógão, concelho de Penamacor, e veio a falecer a 26 de Abril de 1970.

Era filho de um pequeno proprietário e funcionário público, José Pinto da Cunha, e de Maria da Piedade de Carvalho. Fez os seus primeiros estudos no concelho do Fundão e em Castelo Branco, daí passando a Lisboa, onde, além de concluir o liceu, frequentou, entre 1905 e 1908, a Escola Politécnica e, a partir desse último ano, a Escola do Exército, na qual se formou, em 1912, como engenheiro militar e engenheiro civil e de minas. É então que inicia a carreira de oficial do Exército, no decorrer da qual integrará o Serviço de Torpedeiros (1912-1913) e os Pontoneiros de Tancos (1913-1914), servirá de chefe-de-brigada

nos Caminhos-de-Ferro de Angola (1913-1914) e participará na Grande Guerra, até que renuncia, em meados de 1926, à vida militar, no posto de capitão, que obtivera em 1917.

A sua acção política inicia-se em 1918, sob o signo do sidonismo, altura em que, além de se filiar no Partido Republicano Nacionalista e no Partido Centrista, é nomeado director-geral dos Transportes Terrestres e toma assento parlamentar

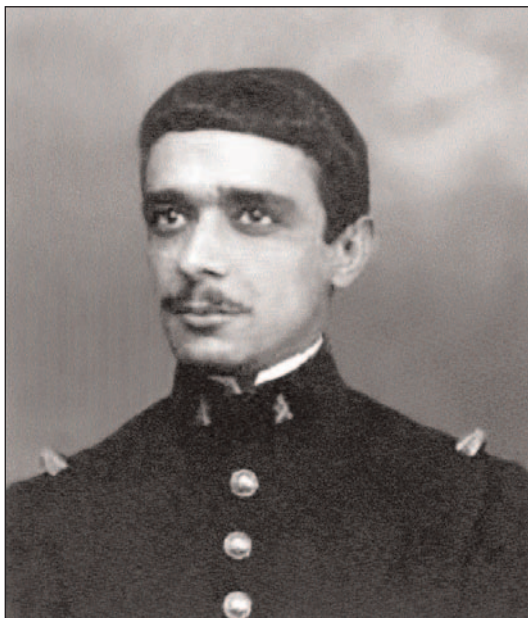
como deputado pela Covilhã, que ocupará até 1919.

Neste ano, tanto conhece a prisão, na sequência do seu envolvimento na revolta republicana de Santarém, como acabará por ser empossado no lugar de director-geral da Estatística.

Dá em diante, passará pelas fileiras do Grupo Parlamentar Popular (1919-1921), do Partido Liberal (1922-1923), que ajudou a criar e dirigiu, do Partido Nacionalista (1923-1926), de cuja bancada parlamentar foi líder e sublíder, e, por último, da União Liberal Republicana, partido que criou e chefiou em 1926, com o intuito de criar condições para a ocorrência de um golpe militar. Paralelamente, prosseguiu as funções parlamentares – havendo sido eleito deputado por Angola (1919-1921 e 1921-1922), Chaves (1922) e Vila Real (1925) – e estreou-se no governo entre 20 e 30 de Novembro de 1920, à frente da pasta das Finanças, depois de ter apelado, poucos meses antes, a uma política financeira de rigor, não só da parte da Administração do Estado, mas também dos contribuintes, a quem exigiu os pagamentos devidos. No período em que, pela primeira vez, tomou posse do cargo de ministro das Finanças, afirmou, ainda, que o Estado se encontrava “sem os recursos necessários para comprar o pão nosso de cada dia”.

Voltaria a dirigir o Ministério das Finanças entre 30 de Novembro de 1920 e 21 de Março de 1921 e entre 15 de Novembro e 18 de Dezembro de 1923.

Entretanto, depois de ter sido contactado para participar na revolta de 19 de Outubro de 1921 (em que fica ferido, por tentar salvar António



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

Granja, chefe do Executivo em queda), manter-se-á na presidência do executivo no período de 16 de Dezembro desse ano a 6 de Fevereiro de 1922, em acumulação com o lugar de ministro do Interior, oportunidade em que tenta impor alguma ordem nas ruas, através, sobretudo, do domínio do Exército sobre a Guarda Nacional Republicana. Todavia, depois dos maus resultados eleitorais de 29 de Janeiro de 1922 e de um desacerto diplomático com a Inglaterra, é substituído. Por essa altura, já havia começado a sua adesão à direita republicana, facto que o levará ao envolvimento no movimento militar de 18 de Abril de 1925 e à conseqüente prisão, quando ocupava o lugar de reitor da Universidade de Coimbra, exercido desde 1924.



ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA/CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA

Solto pouco tempo depois, torna-se advogado de defesa dos militares implicados naquela intentona e é nomeado vice-governador do Banco Nacional Ultramarino, cargo que desempenha até 1926.

Depois do golpe militar de 26 de Maio desse ano – intervenção por si apoiada e que, de resto, vinha defendendo publicamente desde 1923, como a única forma de pôr termo à “ditadura” do Partido Democrático –, continua no exercício de cargos públicos, seja no papel de delegado de Portugal à Conferência Económica Internacional de Genebra (1927), seja como membro do Comité Consultivo da Organização Económica da Sociedade das Nações (1928), seja, ainda, nas funções de governador do Banco de Angola (1926 e 1927-1930). No decurso da segunda nomeação para este cargo, torna-se num acerbo crítico da política financeira salazarista para as colónias, o que lhe valeu a exoneração e, sob o pretexto de conspirar contra o Governo, a prisão e deportação para os Açores, seguindo depois para a Madeira, donde se exilou em Espanha.

A partir de então, fará campanha contra o Estado Novo, no estrangeiro e em Portugal, aparecendo como candidato independente e da oposição a eleições para Assembleia Nacional e defendendo uma solução política progressista para as colónias, devidamente exposta em obras como *O Colonialismo dos Anticolonialistas* e *A Gadanha da Morte*.

No campo da escrita, já se havia destacado como jornalista, à frente d’*O Século*, d’*A Noite* e da revista *Vida Contemporânea*, além de colaborar noutros periódicos. Foi também autor de livros sobre Angola e a I República e de obras de carácter memorialista.